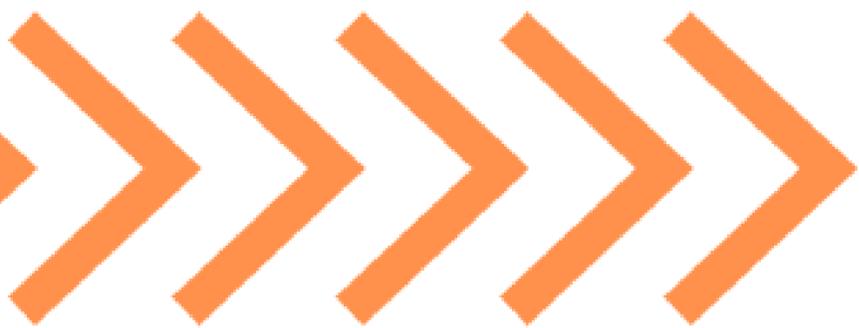


Apoio Técnico GPSB Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF no contexto das condicionalidades do Programa Bolsa Família

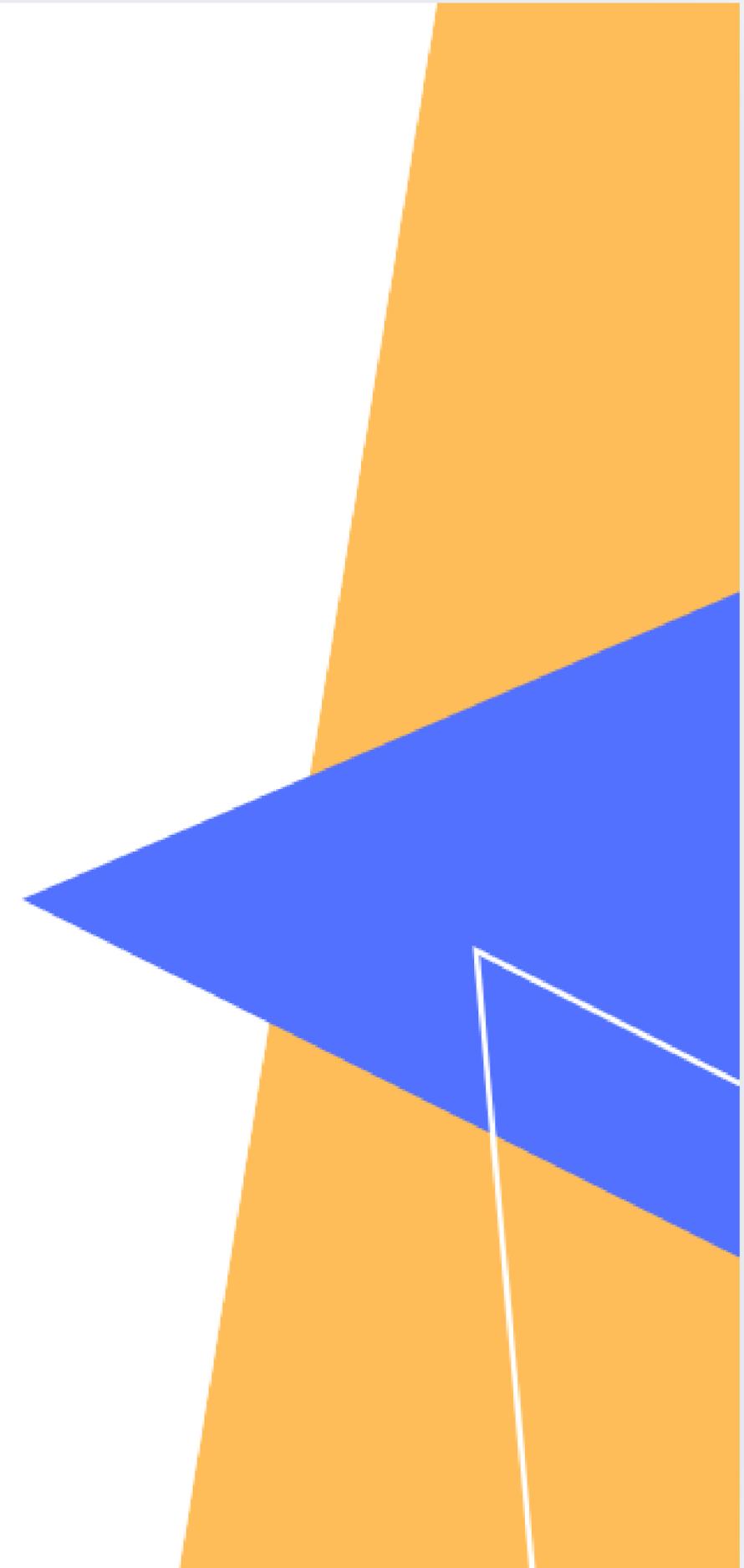
2025

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
*Secretaria de Trabalho,
Assistência e Desenvolvimento Social*





Trilhando Caminhos Protetivos no PAIF





Trilhando Caminhos Protetivos no PAIF

Para que o trabalho social com famílias e territórios seja efetivo, ele deve ser compreendido como um processo contínuo, a fim de se evitar que o acesso ao serviço seja meramente pontual e reativo. Nesse sentido, é preciso tecer uma trilha de proteção que se materialize por meio da integração entre os serviços e que:

1

Envolva o exercício de analisar as informações referentes ao não cumprimento de condicionalidades identificando a sua incidência territorial;

2

Organize o processo de trabalho de forma a deixá-lo mais proativo;

3

Amplie as condições de escuta das famílias em situação de não cumprimento das condicionalidades.



Quatro etapas para organização do Processo de trabalho:

Analisar as informações sobre o não cumprimento das condicionalidades

Construir o planejamento das atividades a serem realizadas no PAIF

Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de proteção integral

Elaborar plano de ação local em instância intersetorial

Etapa 2: Construir o planejamento das atividades a serem realizadas no PAIF

As ações de trabalho social devem ser preferencialmente de caráter coletivo, **rompendo com a predominância das ações particularizadas** como primeira estratégia de atuação.

O Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF, volume 2, de 2012 já direciona a abordagem das ações na dimensão coletiva. Com **a nova trilha** temos um aprimoramento e **foco no trabalho coletivo e nos territórios.**



Etapa 2: Construir o planejamento das atividades a serem realizadas no PAIF

Enxergar o não cumprimento das condicionalidades do PBF não apenas como requisitos a serem cumpridos, **mas como uma oportunidade de mapear vazios protetivos nos territórios**, e fortalecer vínculos com os usuários.

Não iremos olhar somente para as vulnerabilidades (situação de trabalho infantil, criança fora da escola), **iremos focar nas desproteções que geraram essas vulnerabilidades**. Como está o acesso dessa criança na escola, o território está em conflito, como está o acesso para essa família na saúde?



Etapa 2: Construir o planejamento das atividades a serem realizadas no PAIF

Algumas questões que podem ser consideradas durante o trabalho social com famílias em não cumprimento de condicionalidade, conforme as repercussões aplicadas:

1. Fase de Alerta:



- As **ações de trabalho social devem ampliar o caráter informacional sobre o funcionamento do PBF**, suas condicionalidades e os serviços e benefícios socioassistenciais ofertados.
- Este espaço é essencial para a problematização e reflexão sobre as **condições de vida no território e para análise intersectorial** sobre os motivos do não cumprimento.
- É uma **ação essencialmente coletiva**, na qual se dialoga sobre os determinantes compartilhados no território, oportunizando uma ampliação da capacidade de reconhecimento dessas dificuldades enfrentadas pelas famílias como expressões de desproteções coletivamente compartilhadas.

Etapa 2: Construir o planejamento das atividades a serem realizadas no PAIF

2.Fase de Bloqueio:



- As ações de trabalho social devem se atentar à compreensão do não cumprimento reiterado das condicionalidades como um **indicativo de agravamento da vulnerabilidade vivenciada pela família**.
- **O foco deve ser compreender se os motivos anteriores permanecem como justificativa ou se novas situações se apresentam para o não cumprimento** das condicionalidades e se são vivenciados pelos mesmos membros da família. Essa análise pode indicar que as ações precisam atuar de forma mais direta na prevenção de agravamentos.
- Nesse ponto, considerando que já há repercussão financeira no benefício da família, deve-se orientar sobre o reestabelecimento da renda desse benefício. **Deve-se trabalhar em conjunto com as famílias para construir saídas coletivas e individuais com vistas ao enfrentamento das desproteções.**

Etapa 2: Construir o planejamento das atividades a serem realizadas no PAIF

3.Fase de Suspensão:



- ❑ Nessa fase, **deve-se garantir que as vulnerabilidades e/ou riscos vivenciados estejam sob atenção prioritária das estratégias de trabalho social**, visto que a reiteração continuada do não cumprimento da condicionalidade é um elemento importante de indicação de agravamento de desproteção.
- ❑ Assim, é fundamental que se garanta, além das ações do PAIF, **a continuidade da renda do benefício por meio da interrupção temporária dos efeitos no benefício do PBF.**

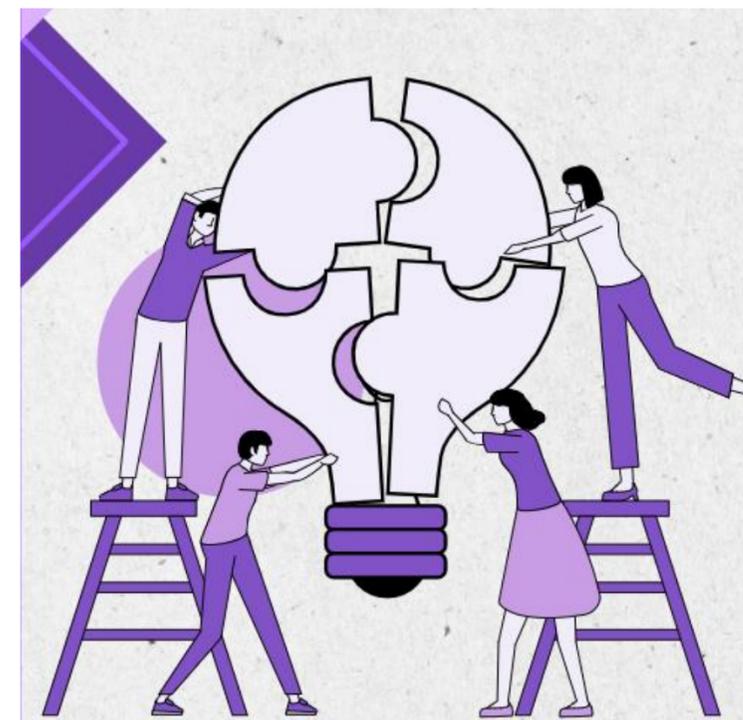


Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral

Qual a importância do Trabalho coletivo?

No contexto do não cumprimento das condicionalidades, ao promover atividades coletivas, as famílias poderão relatar suas vivências. Assim, nos cabe dar passagem para a explicitação dos fenômenos de desproteção social de forma crítica e reflexiva, contribuindo para o enfrentamento dessas situações.

A participação nas **ações do PAIF não é obrigatória para as famílias** e não pode, em nenhuma hipótese, ser imposta como uma condicionalidade.





Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral



Acolhida:

O foco da acolhida, neste contexto, é compreender como a capacidade protetiva familiar está sendo impactada por desproteções materiais e relacionais que dificultam o cumprimento dos compromissos do PBF e quais sentidos as próprias famílias atribuem a essas situações.

Espera-se que, no processo de acolhida **seja oportunizada a construção de uma referência sólida do usuário/família com o serviço**, bem como com a política de assistência social.





Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral

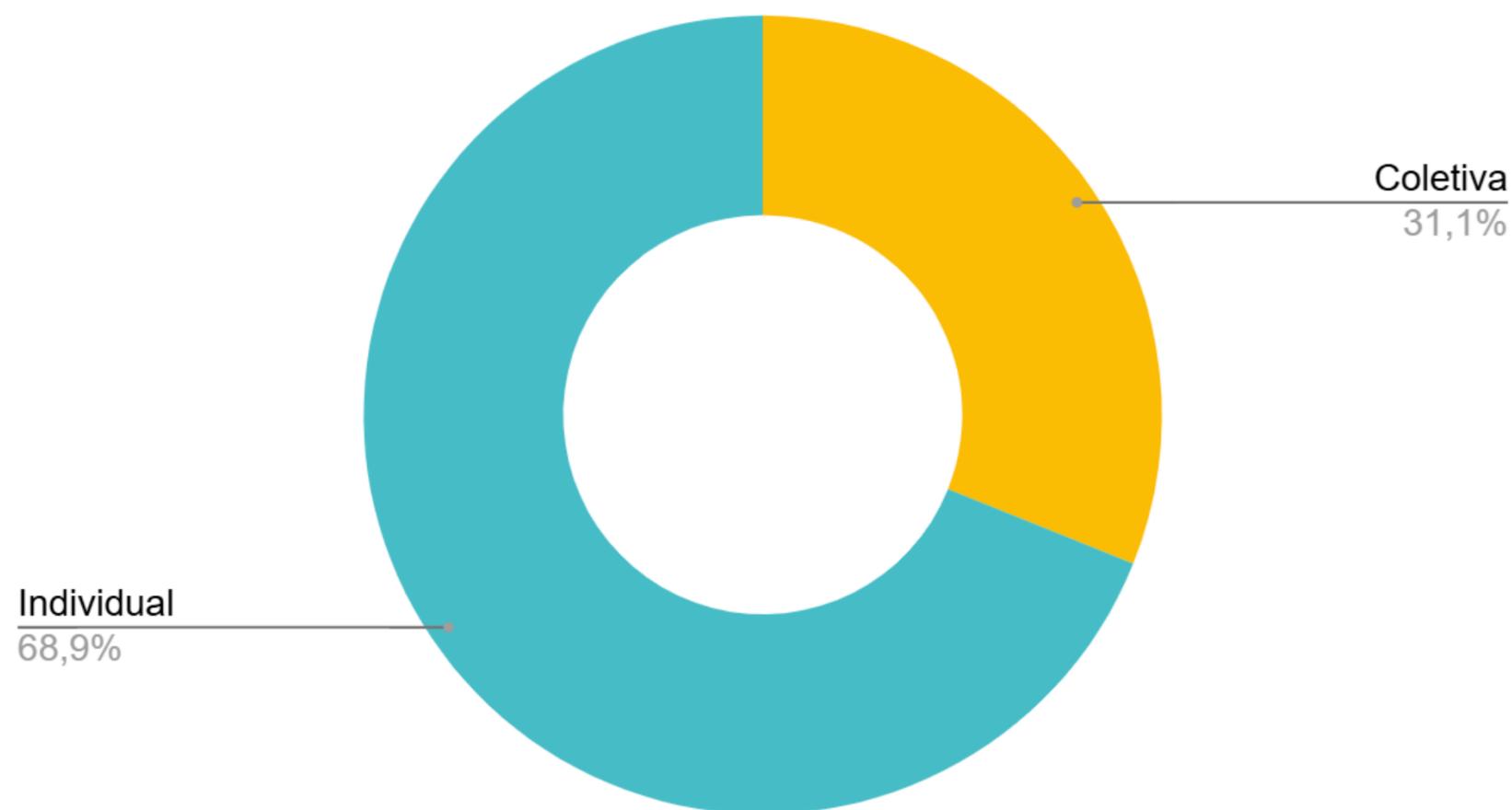
Como estamos escutando as famílias e os territórios, bem como os seus modos de vivência?

- Um mesmo território pode apresentar diversas geografias, o que nos leva a diversificar nossos olhares de forma continuada.
- Nos **interessa as geografias dos olhares quilombolas, ciganos, povos tradicionais, indígenas, população ribeirinha, pessoas com trajetória de vida nas ruas, mães solo, famílias enlutadas pela morte violenta de seus filhos.**
- É preciso um escutar atento e sensível a esses diversos lugares e modos de vivência.



Tipo de acolhida realizada

Tipo de acolhida realizada nos CRAS



Em 51 unidades CRAS o tipo de acolhida realizada é a individualizada.

Ainda assim, 23 unidades que corresponde a 31,1% do total visitado responderam realizar o atendimento coletivo.

Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral



Acolhida Coletiva:

- Elas devem ser planejadas e organizadas com maior intencionalidade técnica, tomando como referência a análise das informações levantadas do não cumprimento das condicionalidades.
- Nos casos em que o Cadastro Único não se encontrar localizado na unidade do CRAS **é preciso que as informações sobre a acolhida do PAIF sejam compartilhadas**, assegurando, assim, que todas as famílias sejam acolhidas pelo serviço.

Vale destacar que, para os usuários que não puderem ou não quiserem participar das acolhidas coletivas, **deve-se garantir a oferta da acolhida particularizada.**



Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral

Acompanhamento Familiar:

Uma vez garantido o acesso por meio da acolhida, é necessário oportunizar a continuidade das ações do Trabalho Social com Famílias e Territórios, a fim de que os vínculos se estabeleçam de forma potencializadora na construção de alternativas de enfrentamento diante das desproteções vivenciadas.

O Trabalho Social com Famílias e Territórios é composto por um conjunto de ações que se articulam e se complementam conforme as necessidades socioassistenciais das famílias (Cadernos de Orientação Técnica do PAIF, 2012).





Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral



Acompanhamento Familiar:

É importante **desvincular as ações particularizadas, quando demandam vários encontros com as famílias, da obrigatoriedade de construção de Planos de Acompanhamento.** Nem todas as famílias necessitam dessa abordagem, pois as questões que afetam o não cumprimento podem demandar orientações, encaminhamentos ou articulações de rede mais pontuais.

Para as situações em que se identifica **um grau de maior vulnerabilidade** é preciso prevenir o agravamento ou a reincidência de riscos por violações de direitos, bem como as rupturas de vínculos familiares e comunitários. **Nesses casos, as famílias são convidadas a entrar em processo de acompanhamento familiar,** visto que são necessárias intervenções específicas para o enfrentamento de tais desafios.



Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral



Dimensão teórico
metodológica do TSF
com territórios



As metodologias participativas são aquelas que propõem considerar a demanda dos usuários, realização de diagnósticos da realidade e **promovem a reflexão e a crítica por meio de diálogos**, mediando o levantamento de questões, objetivos, estratégias e direção do trabalho social.



Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral



Processos do Trabalho no PAIF

- Acolhimento das famílias
- Visita Domiciliar
- Busca ativa
- Atendimento e Orientação
- Concessão de benefícios
- Encaminhamentos
- Estudo de Caso
- Construção de Planos de acompanhamento
- Mediação para acompanhamento do Plano
- Reunião de Rede
- Oficinas
- Rodas de Conversa
- Mobilização no território e na sociedade em geral
- Campanhas de defesa de direitos
- Controle social no território
- Articulação de redes no território
- Reunião de equipe



Atividades executadas pelo PAIF nos CRAS

Atividades executadas pelo PAIF nos CRAS	
Atividades	Q. de CRAS
Encaminhamentos	68
Visita familiar	68
Reunião de equipe	61
Acompanhamento familiar	60
Busca ativa do público prioritário	59
Campanha ou evento comunitário	58
Palestra	58
Acompanhamento para inserção no BPC	57
Estudo de caso	57
Grupo/oficina com famílias	47
Ação comunitária	42
Reunião da rede intersetorial	40
Reunião da rede socioassistencial	40
Atendimento individual	4
Trabalho social com famílias de detentos	1

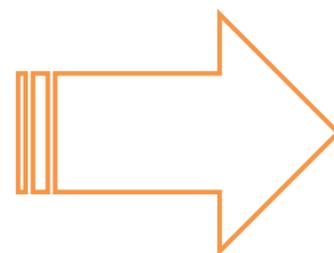
Acompanhamento familiar e busca ativa ao público prioritário são executadas em mais de 79% das unidades.

Reuniões da rede intersetorial e da rede socioassistencial foram mencionadas em 54% dos CRAS visitados.



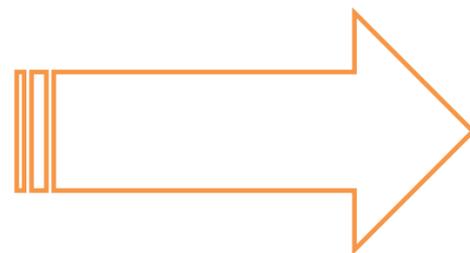
Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral

Dimensão técnica
operativa do TSF com
territórios



- Utilização de técnicas e instrumentos que propiciem reflexões para a própria família sobre a sua dinâmica interna e externa.
- O uso de técnicas representativas, para além das entrevistas usuais produz efeito sobre o reconhecimento das famílias e do serviço sobre as intervenções necessárias.

Instrumentos
Técnicos Operativos



- Técnicas de trabalho grupal
- Entrevistas
- **Construção de Genogramas**
- **Construção de Ecomapas**
- **Construção de Mapa Falado na Comunidade**
- Produção e apresentação cultural com famílias e indivíduos
- Visitas e passeios no território

Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral

Modalidades de Trabalhos Coletivos:

- ❖ **Pequenos grupos:** Acolhida, rodas de conversa, debates, filmes, palestras, oficinas socioeducativas, grupos operativos.
- ❖ **Ações comunitárias:** Mobilização de coletivos, eventos culturais, campanhas socioeducativas, articulação de redes, eventos comunitários.
- ❖ **Arranjos participativos:** Comissões locais de Assistência social, assembleias, organização de fóruns, audiências públicas, comitês, etc...



Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral

Oficinas PAIF

Usa informação e reflexão, mas **se distingue de um projeto apenas pedagógico, porque trabalha também com os significados afetivos**, culturais, crenças e relacionais.



Ações Comunitárias:

- **A mobilização social não é uma tarefa simples**, exigindo conhecimento e técnicas, que possam sensibilizar as famílias para o enfrentamento coletivo de situações de desproteções e de risco, que atingem não somente a elas, mas ao conjunto de moradores que ali vivem.
- O processo de mobilização exige a convocação de vontades, da confiança na capacidade coletiva, **do sentimento de pertencimento ao território**.





Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral

As técnicas não
são aleatórias!



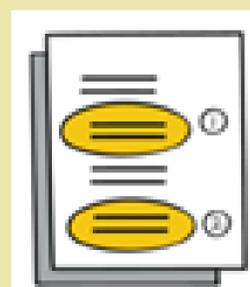
Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral



Encaminhamentos:

Ao longo de todo o processo de trabalho social com famílias e territórios, os encaminhamentos são procedimentos que representam um recurso importante para o acesso a direitos. Eles devem:

- ❖ Ser construídos com as famílias e ter fluxos e articulações pactuados nas instâncias intersetoriais.

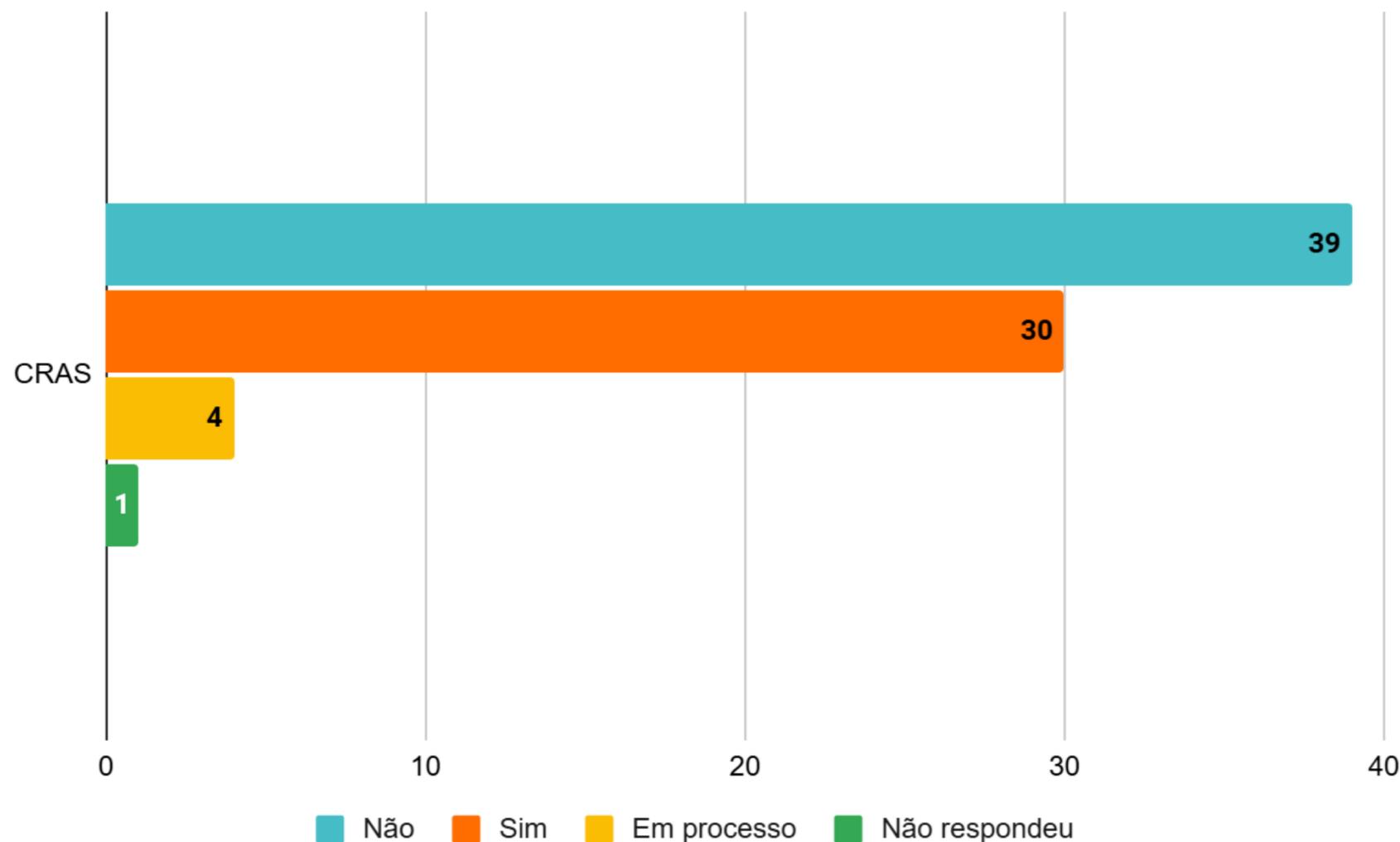


- ❖ Ser responsáveis e **tecnicamente qualificados**, envolvendo **contatos prévios e posteriores com os serviços**, de forma a possibilitar a sua efetivação, garantindo o retorno da informação e o apoio no atendimento e na inclusão da família.



Fluxo para os encaminhamentos realizados

Fluxo definido para os encaminhamentos realizados



Outra situação preocupante é a falta de fluxo para os encaminhamentos realizados. **Apenas 40,54% das unidades possuem um fluxo definido.**



Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral

Importante!

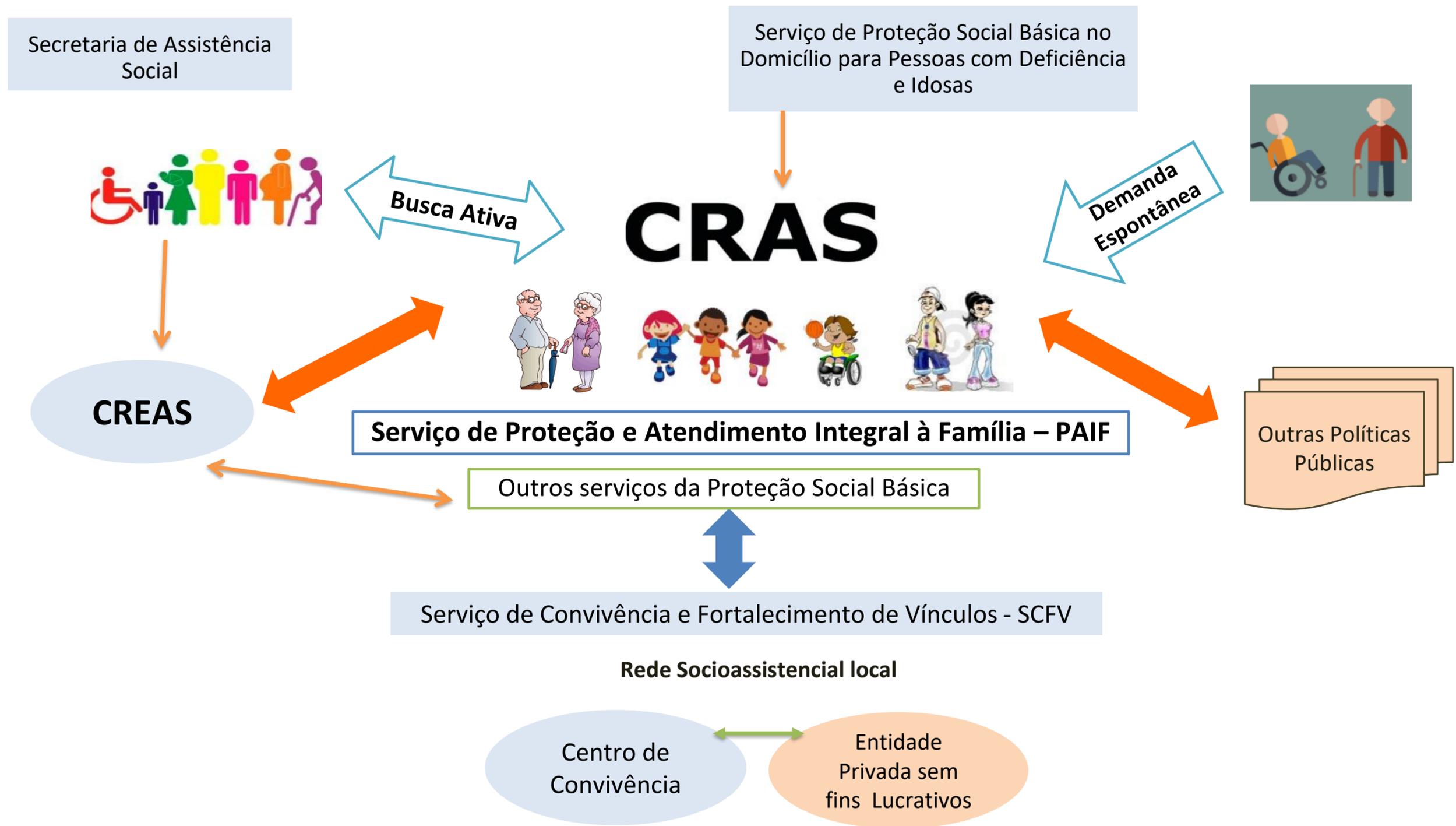
Referência e Contrarreferência:

❖ Essas ações não devem se resumir apenas a procedimentos e encaminhamentos entre um serviço e outro. **Referenciamento e Contrarreferenciamento não significam “incluir” ou “desligar” ou simplesmente “transferir” a responsabilidade** sobre um caso para outro nível de complexidade.

❖ **O processo de Referência e Contrarreferência no SUAS** precisa ser encarado como uma **construção de pontes entre os serviços**, assegurando que estratégias e percursos de proteção mais adequados sejam oferecidos, de acordo com as necessidades de cada família.



Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral



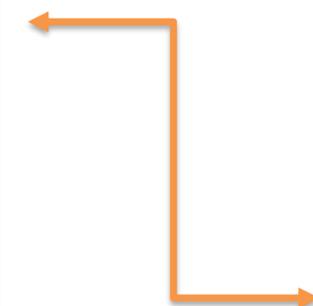


Etapa 3: Oportunizar o espaço de escuta coletiva e construir estratégias de Proteção Integral

Interface com a Proteção Especial

Pode ocorrer em dois momentos, sendo importante distingui-las, pois nos auxiliam na construção de estratégias e fluxos mais sistêmicos e integrais de proteção:

A primeira possibilidade ocorre quando, na análise das informações da listagem, **são identificados motivos para o não cumprimento das condicionalidades que estão diretamente associados a violações de direitos**, e/ou quando a família já está em acompanhamento pela proteção especial. Nessa situação, a proteção social especial deve assumir um papel ativo nas ações a serem realizadas com a família.



A segunda possibilidade de interface se refere à identificação de situações de violação de direitos ao longo do processo de trabalho social do PAIF.



Etapa 4: Elaborar Plano de Ação Local em Instância Intersectorial



- A atuação intersectorial é uma estratégia que permite qualificar o olhar sobre o território. A compreensão intersectorial das informações do território possibilita a construção de soluções mais integrais de proteção, **a partir do mapeamento das situações de vulnerabilidade e risco social vivenciadas pelas famílias.**
- É preciso considerar que o enfrentamento das situações das famílias **não compete unicamente à política de assistência social.**

Etapa 4: Elaborar Plano de Ação Local em Instância Intersectorial



- Pelo contrário, **a complexidade das situações** exige a **articulação e o desenvolvimento de ações complementares a outras políticas sociais** e órgãos de defesa de direitos, visando proporcionar uma proteção integral às famílias e aos indivíduos.
- A intersectorialidade reforça que **a garantia de direitos não pode ser marcada por ações fragmentadas ou intervenções isoladas de uma única política pública.**

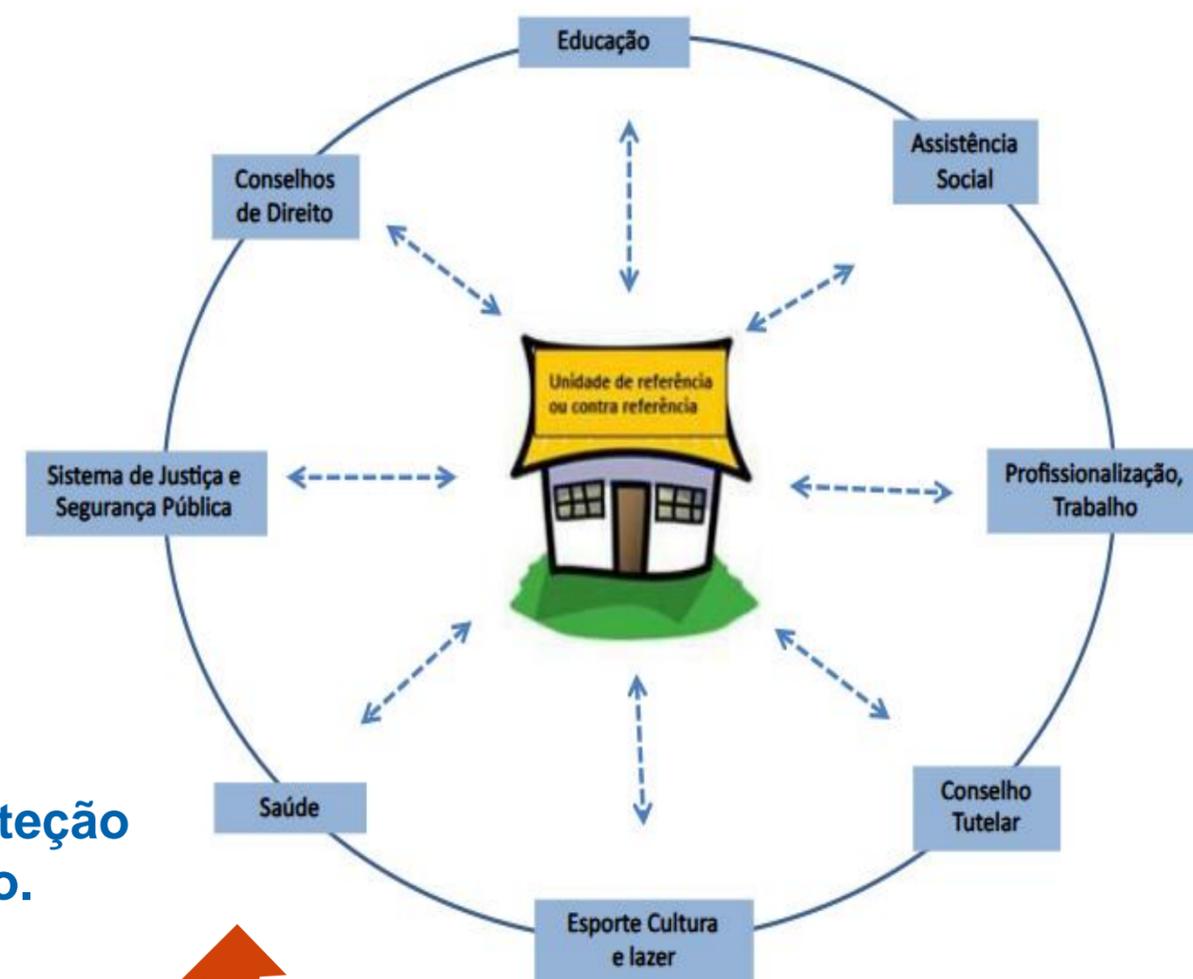
Etapa 4: Elaborar Plano de Ação Local em Instância Intersectorial

- ❑ Como está acontecendo a Articulação de Rede no seu município?
- ❑ Existe Articulação Intersectorial?
- ❑ Como está a Articulação Comunitária?

O Cras é o articulador da Proteção Social Básica no território.

Intersetorialidade
↔

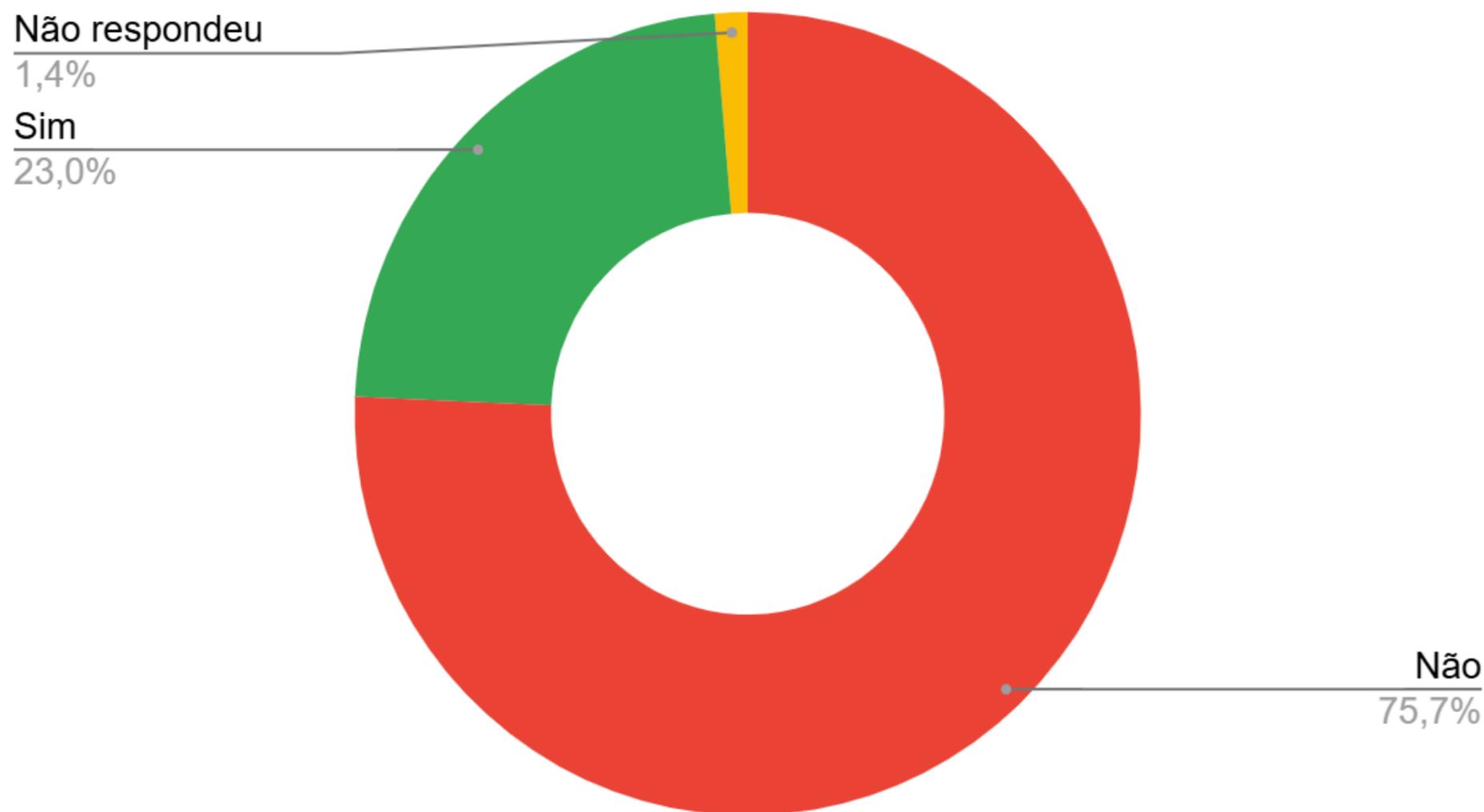
Rede de atenção Intersectorial





Documento com o mapeamento da rede socioassistencial e/ou intersetorial

Existência de documento com a rede socioassistencial



56 unidades CRAS responderam que não possuem documento com a rede socioassistencial ou intersetorial.

Apenas 23% informaram possuir o mapeamento. Este valor é preocupante, tendo em vista que uma das funções do CRAS é manter estreita relação com a rede e o mapeamento é chave fundamental para o fortalecimento dessa relação.

Etapa 4: Elaborar Plano de Ação Local em Instância Intersectorial



- As informações sobre os motivos do não cumprimento de condicionalidades, por representarem fenômenos de desproteção no território, devem servir como base para **diálogos nas instâncias de participação e controle social, como reuniões de rede, encontros com lideranças comunitárias, comissões** ou outras instâncias similares no território.

Etapa 4: Elaborar Plano de Ação Local em Instância Intersetorial

Um plano de ação local em instância intersetorial é importante porque permite:

1. **Abordagem ampliada dos problemas:** o envolvimento dos diversos atores sociais e das políticas setoriais contribui para compreender e agir de forma mais qualificada diante dos problemas do território;
2. **Sinergia de recursos:** ao alinhar diferentes forças e setores é possível ampliar o uso dos recursos disponíveis;
3. **Respostas mais ágeis e coordenadas:** a cooperação facilita a comunicação e a coordenação, permitindo respostas mais rápidas aos desafios;
4. **Ampliação da participação comunitária:** um plano intersetorial deve envolver maior participação e engajamento da comunidade. Isso promove o sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada;
5. **Sustentabilidade das ações:** a abordagem integrada tende a ser mais sustentável a longo prazo, **pois cria redes de apoio e colaboração**, que podem continuar a funcionar mesmo com as mudanças econômicas e políticas.

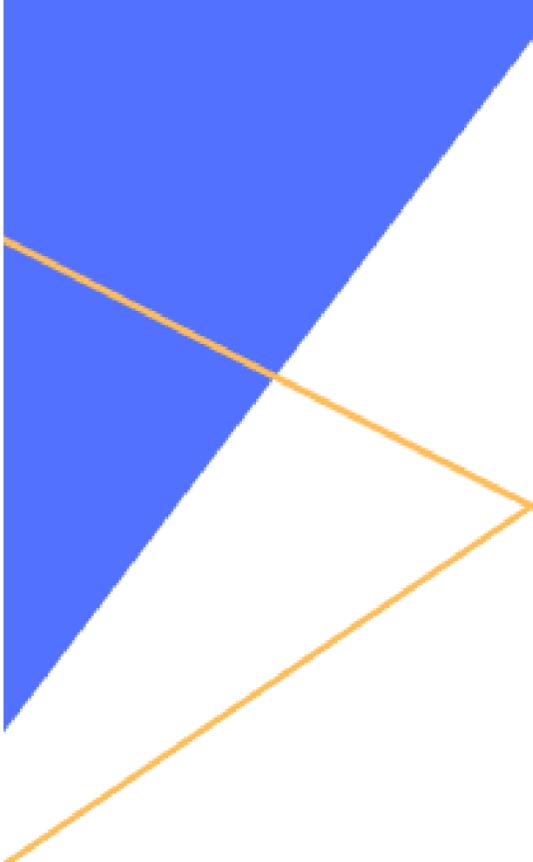
A Importância da Sistematização das informações sobre o Trabalho Social com Famílias e Territórios

 O **registro das ações desenvolvidas** e dos fatos ocorridos durante o processo de trabalho social é extremamente relevante, pois **representa um direito das famílias**, que têm suas histórias de vida cuidadas e preservadas com o devido respeito institucional.

 O registro **é considerado uma ação técnica que organiza o histórico da família** no serviço e pode ser importante para **evitar que as famílias sejam revitimizadas** pela constante repetição de relatos, considerando que elas costumam transitar por diversos serviços da rede intersetorial.

 Os **registros dos dados instrumentais**, prontuários eletrônicos e/ou relatórios **devem prezar pela qualidade** das informações, devendo ser claros e objetivos, **sem juízos de valores ou posicionamentos pessoais, que culpabilizam as famílias.**

 É imprescindível assegurar o sigilo das informações, respeitando os pressupostos éticos, bem como **reconhecer as diversas configurações familiares** e as especificidades relativas à **identidade de gênero, à orientação sexual e ao nome social.**



Referências

https://blog.mds.gov.br/redesuas/cgspf_cras/.

BRASIL. Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF: trilha para o contexto das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Volume único – Brasília, DF: MDS – UNICEF, 2024.





Esperamos que
tenham gostado!
OBRIGADA!

Gerência de Proteção Social Básica
gpsb@setades.es.gov.br
Contatos: (27) 3636-6840/6841